A JUDICIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS ONCOLÓGICOS NO BRASIL

Ana Caroline Dos Santos Ferreira [1]
João Victor Da Silva Oliveira[2]
Gustavo Da Penha De Paula[3]
Maiara Ariadina Santos Araújo[4]
Jairo Domingos De Morais[5]

RESUMO

Câncer é uma patologia caracterizada pelo crescimento anormal e descontrolado das células, podendo atingir órgãos e tecidos e se disseminar para outras regiões do organismo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), as neoplasias são a segunda causa de morte no mundo, com cerca de 9,6 milhões de óbitos por ano. No Brasil, a estimativa para o triênio de 2023 a 2025 é de 704 mil novos casos. Diante desse cenário, a principal estratégia de combate a esse agravo de saúde é o diagnóstico precoce, a partir dele é possível direcionar terapias adequadas, sendo medicamentosas ou não. Entretanto, o tratamento medicamentoso nesses casos precisa ser personalizado e individualizado, resultando em processos terapêuticos de alto custo, frequentemente exigindo judicialização para garantir o acesso. A judicialização da assistência farmacêutica, isto é, processo pelo qual se recorre ao judiciário para obtenção de fármacos de alto custo, visa a garantia do direito à saúde por parte dos cidadãos, tendo como base o reconhecimento deste através da Constituição e se tratando de um recurso cada vez mais adotado por pacientes em processo de enfrentamento de alguma doença, como o câncer. Dessa maneira, o referido estudo objetiva analisar a relação da intervenção judicial para obtenção do tratamento farmacológico e as demais demandas quanto à farmacoterapia de pacientes com o câncer no Brasil. Assim, o presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, de abordagem qualitativa e descritiva, por meio dos bancos de dados Scientific Eletronic Library Online, Biblioteca Virtual em Saúde e PubMed utilizando os termos “judicialização”, “litígio”, “assistência farmacêutica”, “oncologia”, “câncer Brasil”, “judicialização de medicamentos Brasil” “*judicialization*”, “*cancer litigation*”, “*Sus Brazil*”, “*litigation*”, “*oncology brazilian*” e “*judicialization of brazilian health*”. Foi utilizado como critério de inclusão artigos e dissertações diretamente ligados ao tema, na faixa temporal de 2019 a 2023, em português e inglês. Ademais, foi utilizado como critério de exclusão trabalhos pagos, não disponíveis na íntegra, trabalhos fora do espaço temporal estudado e que não abordassem principalmente a judicialização de medicamentos, oncologia ou ambos. A partir da pesquisa foram selecionados cinco artigos científicos, podendo se observar dois principais argumentos: o primeiro favorável, baseando-se no direito universal à saúde, e o segundo desfavorável, embasado na desigualdade causada pela intervenção jurídica no acesso aos fármacos. Ambos estão presentes em relação à temática no que tange o âmbito da judicialização de medicamentos oncológicos, não havendo posicionamento homogêneo entre os autores, mas havendo concordância na complexa e estrita relação da saúde com as outras esferas da sociedade no que diz respeito à economia e direito. Além disso, também é possível notar a fragilidade de atendimento às demandas no Sistema Único de Saúde (SUS) o qual conduz ao processo de litígio e a necessidade de discussão para o encontro de caminhos resolutivos possíveis dado o pouco material bibliográfico disponível. Desse modo, é perceptível a escassez de literatura científica e sua associação à oncologia, sendo imprescindível para a pesquisa, desenvolvimento e tratamento para pacientes com câncer no Brasil tendo em vista a ligação da doença com a inovação.

Palavras-chave: Judicialização da saúde; Assistência farmacêutica; Câncer; Medicamento.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus das Auroras, Discente, ana.caroline.santos@aluno.unilab.edu.br[1]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus das Auroras, Discente, joaovictordasilvaoliveira@aluno.unilab.edu.br[2]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus das Auroras, Discente, gustavopenhapr@gmail.com[3]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus das Auroras, Discente, maiara_ariadina@aluno.unilab.edu.br[4]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus das Auroras, Docente, jairo@unilab.edu.br[5]

ISSN: 2447-6161